



PROCURADORIA  
**DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ



RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

PROCURADORIA  
**DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Apresentação de relatório de Atividades da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá do período de janeiro a dezembro de 2022, conforme previsto na Resolução nº 659 do Regimento Interno.

MARINGÁ  
2023



## SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Treinamento e formação
3. Parcerias
4. Apoio e incentivo à instalação de Procuradorias da Mulher na região metropolitana de Maringá
5. Participação em eventos
6. Eventos realizados
7. Posicionamentos formais em casos de violência e discriminação contra a mulher
8. Fiscalização
9. Atendimentos individuais a mulheres vítimas de violência
10. Representações ao Ministério Público
11. Leis de Proteção à Mulher
12. Projetos em andamento



## 1 | Apresentação

Este relatório reúne informações sobre as atividades da Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá relativas ao período de janeiro a dezembro de 2022, conforme previsto na Resolução nº 659 do Regimento Interno da Câmara. Desde que foi criada em 4 de maio de 2021, por meio da referida Resolução a Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá, vem atuando na defesa dos direitos das mulheres e na construção de uma cultura que expresse valores de equidade, respeito, empoderamento e emancipação feminina, com vistas à diminuição da violência que as mulheres vêm sofrendo, cujos índices são crescentes.

Podemos avaliar que o ano de 2022 foi profícuo, com o desenvolvimento de várias atividades, dentre as quais destacamos algumas vinculadas i) à capacitação da equipe por meio de treinamentos; ii) cursos e pesquisas; iii) parcerias com diversos órgãos; iv) incentivo à instalação de procuradorias na região de Maringá; v) manifestações em defesa dos direitos das mulheres e contra várias formas de discriminação; vi) atuação na fiscalização de entidades e; vii) orientação de mulheres, por meio de acolhimento e encaminhamento humanizado e respeitoso, sempre baseado no devido sigilo.



## 2 | Treinamento e formação

Visando a aprimorar a execução das nossas atribuições, estivemos em processo de constante estudo e aprendizado. Buscamos compreender da forma mais abrangente possível os aspectos que envolvem a questão da violência de gênero no que diz respeito à identificação das situações, notificação dos casos e encaminhamentos, conforme aos fluxos dos serviços.

A partir da nossa vivência, construímos entendimentos importantes sobre temas ligados ao enfrentamento da violência, diversidade, funcionamento dos órgãos de proteção e projetos desenvolvidos pelo Brasil, de forma remota ou presencial.

Participamos da Oficina de Formação para Gestoras dos Organismos de Políticas Públicas para Mulheres, o qual contou com a presença de gestoras de diversos municípios do Paraná, com as quais pudemos trocar experiências em um rico debate sobre Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência, Transversalidade e Intersetorialidade.



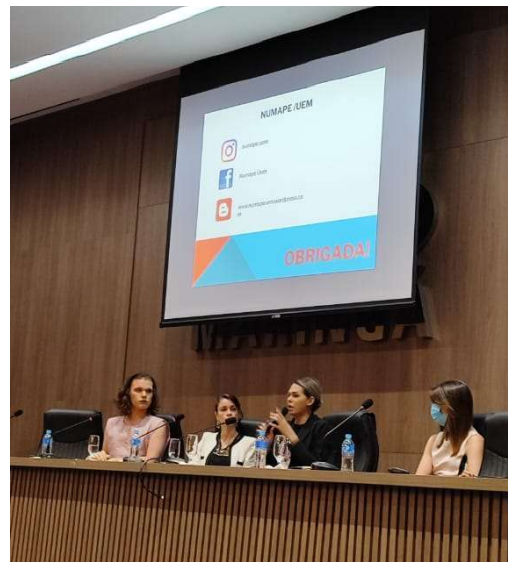
Participamos de atividade no Instituto Médico Legal para entender o Fluxo de Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, ouvindo profissionais que atuam nas políticas sociais básicas, assistência, proteção especial e garantia de direitos das crianças e adolescentes.



Participação da Capacitação da rede de Prevenção, Enfrentamento e Atendimento à Mulher em situação de Violência, na qual a palestrante Aparecida Gonçalves, atual Ministra da Mulher no Governo federal, conduziu algumas dinâmicas e discorreu sobre Igualdade, Equidade de Gênero e Direitos Humanos.



Participamos de reunião na OAB-Maringá, sobre temas referentes à identidade de gênero, transexualidades e aplicabilidade da Lei Maria da Penha para Mulheres Trans.



Participamos da palestra ministrada pela professora Dra. Gisele Mendes sobre Igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades, na qual podemos entender como a mulher foi subjulgada na legislação nas mais diversas épocas, por meio de uma cultura machista e multipreconceituosa de supremacia masculina, onde o feminino era submetido à restrição da liberdade e tinha seus direitos suprimidos, anulados ou ignorados.





### 3 Parcerias

Firmamos parcerias com diversos entes que compõem a Rede Municipal de Proteção à Mulher, a fim de promover uma articulação mais eficiente no enfrentamento à violência contra as mulheres. Esses encontros nos ajudaram a entender a organização e funcionamento desses órgãos, além de proporcionarem uma troca de experiências e de boas práticas para o desenvolvimento de ações mais eficazes.

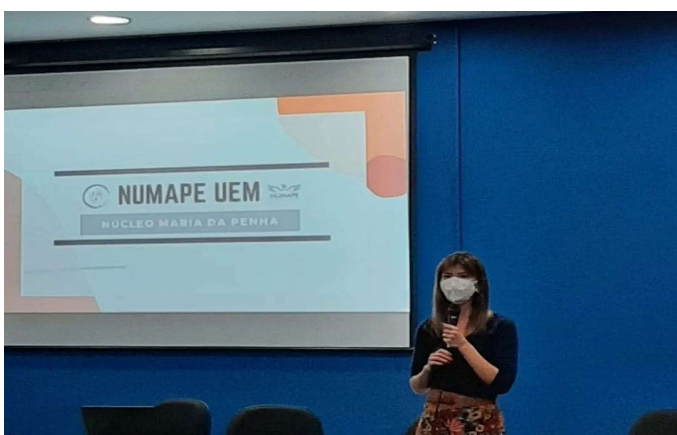
Uma dessas reuniões foi com representantes da Secretaria de Esportes e da Liga Desportiva de Maringá para discutir propostas e ideias em prol do incentivo ao futebol feminino e valorização dessa modalidade em nosso município.



Participamos de reunião online com o Grupo Interinstitucional de Estudo de Gênero do Sistema de Justiça do Estado do Paraná, em que o Ministério Público do Trabalho juntamente a outras entidades do Estado, debateram e propuseram soluções acerca do tema da empregabilidade de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.



Estivemos no Núcleo Maria da Penha - NUMAPE, sediado na Universidade Estadual de Maringá, para conhecer o fluxo de atendimento dessa entidade e participar de debate sobre o alinhamento das novas diretrizes colocadas pelo Governo Estadual para o trapalho da equipe com as funções já previamente desempenhadas.



Estabelecemos parceria com o Movimento ODS Maringá, o qual atua na articulação e mobilização de ações em prol dos 17 objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030.

Em reunião do Grupo Temático Igualdade de Gênero, tema do 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, ouvimos a empresária Sandra Cantagalli, Diretora Industrial do grupo Crivalli, apresentando a história do engajamento da empresa no combate à violência contra a mulher.



Estivemos na Delegacia da mulher de Maringá, reunidas com a Dra. Karen Friedrich, Delegada do NUCRIA- Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, que interinamente comandava a DEAM- Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, e equipe, coletando dados para uma pesquisa realizada em todo o Paraná. Trata-se de estudo organizado pela Procuradoria da Mulher da ALEP, em parceria com as Procuradorias das Câmaras Municipais, sobre as condições estruturais e de atendimento às mulheres nas 21 delegacias especializadas do estado.



## 4 | Apoio e incentivo à instalação de Procuradorias da Mulher na região

Um dos nossos objetivos sempre foi incentivar a replicação desse órgão nos legislativos da nossa região metropolitana. Para tanto, visitamos alguns municípios, dispusemo-nos a explicar sobre o passo a passo para se criar uma procuradoria e oferecemos assessoria remota às vereadoras que demonstraram interesse em realizar tal projeto.

Após esse trabalho, foi possível acompanhar a criação de Procuradorias em alguns dos municípios acompanhados, sendo que muitos já realizaram a posse das Procuradoras e outros estão em processo de instalação. Um deles, trata-se do município de Sarandi, em que pudemos prestigiar a implantação de mais uma procuradoria, assumida pela Vereadora Keila Zegobia.



Também participamos da cerimônia de Instalação e Posse da procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Floresta. Na ocasião, tomaram posse como Procuradora da Mulher a vereadora e Primeira Secretária, Rosa Maria Baraldo e como Procuradoras Adjuntas as Vereadoras Silvanir Pereira e Daniele Fabrícia.



## 5 | Participação em eventos

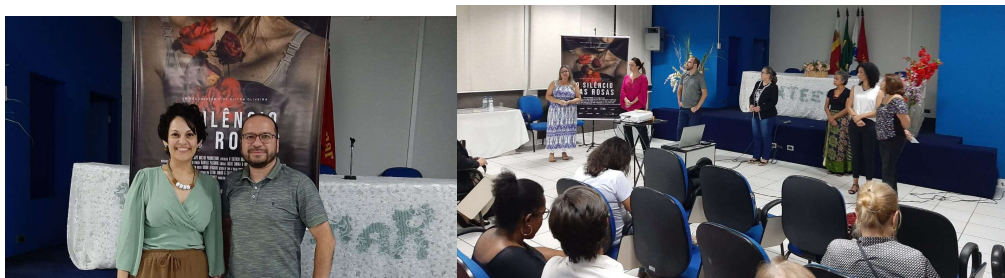
Em parceria com o Fórum Maringaense de Mulheres, Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e Conselho Municipal da Mulher de Maringá, a Procuradoria da Mulher realizou a IV Caminhada/Pedalada pelo fim da violência contra a mulher. O objetivo foi chamar a atenção da sociedade e do poder público sobre a necessidade de estabelecer políticas públicas para o combate à violência que vitimiza mulheres e meninas.



Participamos do ciclo de palestras sobre “A atuação da advocacia nos crimes de estupro: aspectos teóricos e práticos”, organizado pela Comissão de Enfrentamento à Violência de Gênero, na sede da OAB Maringá.



Participamos do evento organizado pela Secretaria de Mulheres do Sinteemar e ONG Maria do Ingá, no qual houve exibição comentada do documentário sobre violência doméstica “O Silêncio das Rosas”, produzido por Eliton Oliveira e Carol Moraes. Nessa impactante obra, totalmente filmada em Maringá, assistimos a 21 entrevistas, entre mulheres vítimas de violência que contam abertamente suas histórias de dor e sofrimento, parentes de vítimas de feminicídio, além de profissionais das áreas jurídica, psicológica, médica, policial, entre outras, que dão embasamento técnico ao assunto.



Acompanhamos o 17º Seminário de Mulheres Negras, organizado pelo Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, cujo tema foi “Juventude Negra e a Dor do Racismo e que contou com a presença de vários estudantes da rede estadual de ensino de Maringá.



Estivemos presentes no evento organizado pela Comissão da Mulher Advogada da OAB Maringá, em parceria com o Centro de Valorização da Vida – CVV que tratava do combate e prevenção ao suicídio. Na ocasião, o Dr. José Cleber Feliciano, médico psiquiatra, abordou o tema apresentando-nos dados alarmantes, porém, apontando caminhos para lidar com o problema.



## 6 | Posicionamentos formais em casos de violência e discriminação

Em 31 de janeiro de 2022, emitimos Nota de Repúdio em decorrência da decisão do Legislativo Municipal de Ivaiporã que no dia 26 de janeiro do mesmo ano cassou o mandato - por 6 votos a 3 - da Vereadora Gertrudes Bernardya primeira mulher a assumir a presidência daquela Casa Legislativa.

Em nosso posicionamento não entramos no mérito da motivação alegada para decisão tão drástica, qual seja, uma reunião entre servidores para comemorar um aniversário durante a pandemia no ano de 2021. Mas, questionamos o fato de que a mesma situação se deu com outros dois vereadores homens que foram igualmente denunciados, pela mesma razão, mas, apesar dos episódios idênticos, as denúncias contra os mesmos foram arquivadas e contra a vereadora foram encaminhadas. Isso explicitou um tratamento diferenciado no qual não restou qualquer consequência ou prejuízo para os vereadores, mas a penalidade máxima perpetrada contra a vereadora.

O episódio tanto tratava-se de um caso evidente de Violência Política e de Gênero que o Tribunal de Justiça do Paraná suspendeu a decisão da Câmara de Ivaiporã e a Vereadora foi reconduzida ao cargo, entendendo que os vereadores relatores da Comissão Processante não teriam agido com isenção.

Também oficiamos apoio à cassação do mandato do deputado estadual por São Paulo, Arthur do Val (Podemos-SP), em virtude das palavras proferidas, as quais nos chocaram e envergonharam, declarando as estratégias para “pegar” loiras europeias, afirmando que as “mulheres ucranianas são fáceis porque são pobres”.

Além desses eventos citados, posicionamo-nos muitas outras vezes sempre que constatamos situações de violência institucional ou discriminação contra a mulher, seja nas mídias sociais da Procuradoria ou mesmo por meio de fala da Procuradora da Mulher, Vereadora Ana Lúcia Rodrigues, na tribuna.





## 7 | Eventos realizados

Em 29 de março de 2022, em comemoração ao mês da mulher, inauguramos a Galeria Lilás no hall de entrada do Plenário Ulisses Bruder. Trata-se de um mural com as fotos das vereadoras de todas as legislaturas, com o objetivo de resgatar a história das mulheres parlamentares no legislativo maringaense que exerceram seu papel transformador na sociedade. A Galeria tem caráter permanente e ao final desta legislatura já contará com as fotografias das duas atuais vereadoras Profa. Ana Lúcia Rodrigues e Cris Lauer.









## 8 | Fiscalização

Ao tomarmos conhecimento de suposto caso de assédio praticado por um professor do Instituto de Educação de Maringá contra meninas do ensino médio, fomos até o colégio a fim de obter maiores esclarecimentos e verificar quais providências estavam sendo tomadas a respeito das denúncias. Em conversa com o Diretor, fomos informados que a instituição prontamente tomou as medidas cabíveis e que o educador seguia afastado da escola, enquanto a situação era apurada pelos órgãos competentes



A partir de reclamação sobre a atuação de alguns agentes integrantes da Guarda Municipal, oficiamos solicitação de esclarecimentos ao Secretário Municipal de Segurança Pública e à Comandante da Guarda Municipal, a qual respondeu-nos prontamente e tomou as medidas cabíveis.

Oficiamos um pedido de esclarecimentos e fiscalização para a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente a partir de denúncia de possível irregularidade cometida pela Conselho Tutelar Zona norte.

Recebemos um comunicado da Comissão de Enfrentamento à Violência de Gênero da OAB Maringá em 29 de agosto de 2022, o qual continha relatório de atendimento e uma solicitação de diligências relacionadas a servidoras municipais que enfrentaram assédio moral e dificuldades no desempenho de suas funções devido a ações perpetradas por uma superintendente e a Secretaria da Mulher. Em resposta, no dia 02 de setembro de 2022, a Procuradoria enviou um comunicado confirmando o recebimento do relatório de atendimento e indicou que acompanhou o desenvolvimento do caso em conjunto com os órgãos participantes da Rede de Proteção à Mulher no Município, bem como com as entidades encarregadas de investigar as denúncias.



## 9 | Atendimento a mulheres vítimas de violência

Realizamos atendimentos individuais durante o período de que trata este relatório, os quais foram analisados e enviados aos órgãos responsáveis para os devidos encaminhamentos. Trataram-se de casos de violência doméstica; de violência de gênero e de violência institucional. Depois de recebidos, buscamos monitorar e acompanhar cada processo. Também prestamos orientação e informação às mulheres que nos contactam pelas redes sociais e whatsapp.

## 10 | Representações ao Ministério Público

Encaminhamos para a 6ª Promotoria de Justiça do Ministério Público a denúncia recebida referente a um grupo de tendência neonazista, xenófoba e misógina que se formava recrutando pessoas na Universidade Estadual de Maringá, por meio de cartazes com QR Code que dava acesso a um espaço privado de convivência digital on-line, no aplicativo Discord, de nome "Comunidade INCEL- UEM".

Também encaminhamos para a 22ª Promotoria de Justiça a denúncia que nos chegou a respeito de narrativa tendenciosa e machista empregada pela emissora de TV SBT, no programa Maringá Urgente. A reclamante relatou-nos que notícia sobre abuso sexual comunicada no programa foi retratada de forma a vitimizar o agressor e culpabilizar as vítimas, e a proliferar padrões sexistas de comportamento.



## 11 | Leis de proteção à mulher

A Procuradoria da Mulher também busca incentivar todos os vereadores a apresentar e aprovar de projetos de lei e de implementação de políticas públicas que venham a ampliar ou garantir direitos já conquistados. Para tanto, a Procuradora da Mulher tratou desse tema durante o ano de 2022 nas seguintes matérias legislativas:

Lei 11.466/2022 - Assegura a toda pessoa gestante, no Município de Maringá, o direito ao acompanhamento de enfermeira obstetra durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto;

Lei 11.475/2022 - Institui a Semana Municipal das Meninas na Tecnologia da Informação e Comunicação no Município de Maringá;

Lei 11.480/2022 - Inclui no Calendário Oficial do Município o Encontro Nacional de Mulheres na Capoeira - Salve as Marias;

Lei 11.492/2022 - Institui a Semana Municipal de Sensibilização e Mobilização pelo Enfrentamento à Violência Política contra a Mulher;

Lei 11.500/2022 – Institui a Política Municipal de Proteção das Pessoas Gestantes e das Parturientes contra atos que configurem violência obstétrica;

Lei 11.521/2022 – Inclui no Calendário Oficial do Município a Corrida Solidária, realizada pela Rede Feminina de Combate ao Câncer;

Lei 11.552/2022 - Institui a quarta-feira como dia prioritário para as meninas e as mulheres utilizarem os campos de futebol localizados nos Complexos de Esporte e Lazer Meu Campinho;

Projeto de Lei 16386/2022 - Acrescenta na Lei n. 7.359/2006, que institui o Programa Municipal de Bolsas de Estudo – PROMUBE, o § 8.º que determina, no caso de concessão de bolsas de estudos, observar o mínimo de 45% (quarenta e cinco por cento) e o máximo de 55% (cinquenta e cinco por cento) entre os gêneros masculino e feminino.



## 12 | Projetos em andamento

Produzimos um Folder Institucional para divulgar o órgão, assim como os demais instrumentos de proteção às Mulheres no município, com o objetivo de fortalecer a Rede e fornecer informação relevante de maneira simples e didática.

**ONDE PROCURAR AJUDA ?**

VEJA ONDE VOCÊ PODE ENCONTRAR ATENDIMENTO, APOIO E ORIENTAÇÃO PARA SUPERAR A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

**153** Patrulha Maria da Penha - 24 horas

**190** Polícia Militar

**(44) 3220-2500**  
Delegacia da Mulher

**180** Denúncia anônima

**(44) 99118-3578**  
Centro de Referência de Atendimento à Mulher Maria Mariá (CRAMM)

**(44) 3027- 4083**  
Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Maringá

**(44) 98408-6305**  
Núcleo Maria da Penha UEM (NUMAPE)

Se você for mal atendida em serviços públicos (Delegacias, Centros de Referência etc.) procure o Ministério Público ou ligue 180 e denuncie.

**PROCURADORIA DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ

**PROCURADORIA DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ

**PROCURADORIA DA MULHER**  
CÂMARA DE MARINGÁ

☎️ | 📞 (44) 3027-4083  
 📧 | 📧 procuradoriadamulhermaringa  
 ✉️ | ✉️ procuradoriadamulher@cmm.pr.gov.br  
 📍 | 📍 Câmara de Vereadores de Maringá  
 Av. Papa João XXIII, 239

Também estamos desenvolvendo projetos voltados à prevenção da violência e ao incentivo à participação feminina na política e em espaços de poder.

ANA LÚCIA RODRIGUES  
Procuradora da Mulher

